



FUTURA POLÍTICA DE COESÃO E EUROPA 2020

Luís Madureira Pires

Faro, 9 Jun 2011

TÓPICOS

- ✓ Calendário da negociação do próximo período de programação (pós-2013)
- ✓ Elementos essenciais do novo pacote Fundos Estruturais e de Coesão:
 - Arquitectura do novo modelo operacional
 - Alinhamento com a Estratégia Europa 2020
 - Condicionalidades e incentivos
 - Regiões intermédias
 - Implementação
- ✓ Conclusões



CALENDÁRIO

NOV 2011

- Apresentação pela CE das Conclusões sobre o 5º Relatório da Coesão
- 1ª análise do documento pelos 27 Ministros responsáveis pela Coesão

FEV 2011

- Apreciação e discussão sobre o documento no Conselho de Assuntos Gerais

MAIO 2011

- 2ª análise do documento e orientações pelos 27 Ministros responsáveis pela Coesão

SET 2011

- Apresentação pela CE das propostas de regulamentos dos FE ao Conselho

DEZ 2012

- Aprovação dos regulamentos (Chipre)

1º TRIM 2012

- *Proposta informal de Quadro Estratégico Comum*



ARQUITECTURA DO NOVO MODELO

- ✓ Quadro Estratégico Comum
(substitui as Orientações Comunitárias para Política de Coesão) inclui:
 - Todos os Fundos
 - Traduz objectivos e prioridades da Estratégia Europa 2020 em prioridades de investimento para a PC
- ✓ Contrato de Parceria (substitui o QREN): contrato entre EM e CE com objectivos e metas a atingir
- ✓ Programas operacionais



ALINHAMENTO COM EUROPA 2020

- ✓ FE são dos principais instrumentos comunitários para consecução da Estratégia Europa 2020 (na linha da Estratégia de Lisboa) e sua dotação futura estará ligada a esse papel (perigo de subalternização da PC?)
- ✓ Necessidade de demonstração do seu contributo para EU 2020 através de realizações e impactes:
 - Reforço do sistema de monitorização e avaliação (mais focado em resultados e menos em absorção)
 - Obtenção de massa crítica, concentração de recursos
 - Alinhamento das actuações dos Fundos com os objectivos a atingir na EU 2020



ALINHAMENTO COM EUROPA 2020

**Estratégia Europa 2020 (substitui Lisboa):
crescimento inteligente, sustentável e inclusivo até 2020**

- ✓ **Grandes áreas de actuação:**
conhecimento (I&D), inovação, educação, sociedade digital, ambiente, energias renováveis, mercado do trabalho, qualificações, luta contra pobreza
- ✓ **5 grandes objectivos:**
taxa de emprego; I&D/PIB; efeito de estufa e energias renováveis; abandono escolar; população no limiar de pobreza
- ✓ **10 prioridades integradas de actuação,**
das quais 7 estão ligadas à Coesão (FEDER, FC e FSE)
- ✓ **7 iniciativas emblemáticas a nível da EU nestes vários domínios**



ALINHAMENTO COM EUROPA 2020

- ✓ Principal instrumento de alinhamento:
concentração temática
- ✓ Concentração de recursos num número limitado de prioridades definidas a nível comunitário e estabelecidas nos regulamentos dos FE
(14, a partir das 7 prioridades da EU 2020 relacionadas com PC)
- ✓ Prioridades da PC estreitamente ligadas às cinco prioridades e objectivos da Europa 2020
- ✓ 2 ou 3 prioridades seriam obrigatórias em todos os EM (com reflexo pelo menos num PO)



ALINHAMENTO COM EUROPA 2020

- ✓ Quanto maior for a dotação financeira de um EM (e mais pobre) maior o número de prioridades que poderá escolher (das 14 + capacitação institucional)
- ✓ Essas prioridades terão tradução directa nos eixos dos PO
- ✓ Para cada prioridade, em cada PO, há que definir objectivos quantificados, ligados aos objectivos da Europa 2020 (Sistema de indicadores de base comuns)



ALINHAMENTO COM EUROPA 2020

- ✓ Principais preocupações dos Estados-membros:
 - Sistema demasiado top down, prejudica característica essencial da PC: bottom-up, com definição de objectivos e prioridades a nível regional
 - Prioridades comunitárias dificilmente se adaptarão às situações específicas de cada uma das 273 regiões EU (sistema aparentemente muito rígido)
 - Âmbito de actuação da PC é muito mais vasto do que Estratégia EU 2020 (infra-estruturas de base?)
 - Implementação de abordagens integradas ?



CONDICIONALIDADES E INCENTIVOS

- ✓ Por forma a reforçar eficácia da PC, a CE propõe um inovador sistema de condicionalidades e incentivos
- ✓ Condicionalidades são ex-ante ou ligadas a reformas estruturais; em ambos os casos, sem que estejam garantidas, os compromissos ou pagamentos ficam congelados
- ✓ Condicionalidades devem ficar associadas às prioridades/eixos escolhidos pelo EM/região
- ✓ Actualmente já existem condicionalidades: compliance assessment, concursos públicos, princípios horizontais



CONDICIONALIDADES E INCENTIVOS

- ✓ 4 tipos de condicionalidades sugeridas:
 - Estruturais (reformas dos quadros legais económicos e sociais a nível nacional – ex. leis laborais)
 - Regulatórias (transposição de directivas)
 - Estratégicas (definição de quadros estratégicos – planos, programas – por área/sector)
 - Administrativas e institucionais (capacidade para gerir bem os recursos, com apoio de AT reforçada)



CONDICIONALIDADES E INCENTIVOS

- ✓ Para além de condicionalidades, incentivos podem ser um outro instrumento que reforce eficácia por premiar os bons resultados atingidos
- ✓ Proposta – mais uma vez – de uma Reserva de Eficiência a nível europeu para premiar os melhores PO
- ✓ Os chamados “incentivos negativos”/sanções não deverão ser formalmente propostos, face à oposição dos EM e às debilidades do sistema de indicadores e comparabilidade dos dados (ainda que deva vir a ser instituído um sistema de indicadores de base, obrigatórios, a nível europeu)



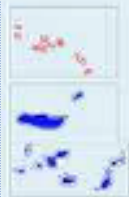
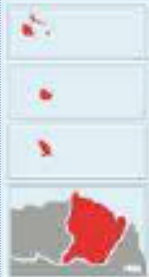
REGIÕES INTERMÉDIAS

- ✓ Regiões intermédias com PIB pc entre 75% e 90% da média comunitária
- ✓ Significa que regiões que saem do phasing out/in continuam a receber recursos dos FE, com capitação entre as da Convergência e as da Competitividade Regional e Emprego
- ✓ Beneficia sobretudo Espanha, Grécia, Alemanha e Reino Unido
- ✓ Portugal não vê com bons olhos tal solução por poder desviar recursos do Obj. Convergência

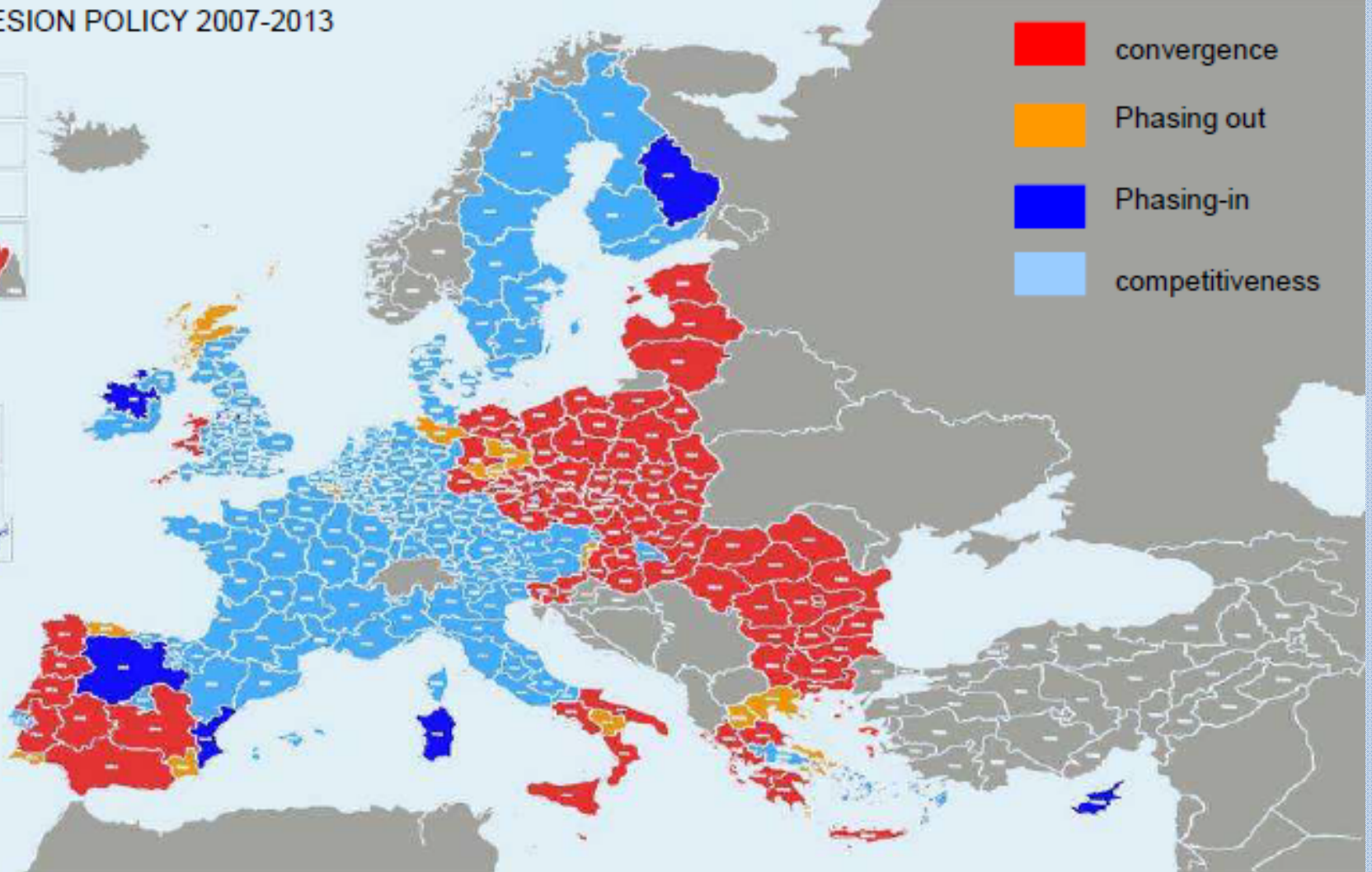


REGIÕES INTERMÉDIAS

COHESION POLICY 2007-2013



-  convergence
-  Phasing out
-  Phasing-in
-  competitiveness



IMPLEMENTAÇÃO

- ✓ PO pluri-fundo, mas não como regra
- ✓ PO com flexibilidade geográfica (funcional e não administrativa – NUTS II)
- ✓ Reforço da engenharia financeira para alavancar recursos públicos
- ✓ Taxa de co-financiamento em função do PIB pc
- ✓ Simplificação da certificação da despesa (alargamento do sistema de custos indirectos)
- ✓ Encerramento parcelar dos PO (cfr. regulamento financeiro)
- ✓ Reflexão sobre $n+2/n+3$
- ✓ Racionalização dos controlos e margens de erro admissíveis



CONCLUSÕES

- ✓ As negociações sobre o novo pacote de Fundos Estruturais só se iniciarão formalmente no 2º semestre de 2011 pelo que ainda é cedo para tirar conclusões
- ✓ Contudo, desenha-se um modelo:
 - Mais exigente e virado para a obtenção de resultados com reforço de monitorização e avaliação
 - Mais centralizado em Bruxelas e subordinado a prioridades definidas externamente à Política de Coesão
 - Mais preocupado com a criação de condições de sucesso para os PO poderem atingir os resultados pré-definidos
- ✓ Atenção à questão das regiões de desenvolvimento intermédio, com interesse para o Algarve

